

A Maternidade como política pública – a criação de uma escola para o “povo” nascer

Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro
Universidade Federal Fluminense

No Brasil, no ano de 1885, a cidade de São Salvador, capital baiana, foi agitada por uma tropa de estudantes que reivindicavam lisura na avaliação para provimento da Cátedra de Clínica e Obstetrícia da Faculdade de Medicina da Bahia. Concorreram para o preenchimento da vaga o Dr. Antônio Rodrigues Lima; o Dr. Climério Cardoso de Oliveira e o Dr. Deocleciano Ramos. Na avaliação da banca, o escolhido por mérito seria o Dr. Antonio Lima, com a tese: “Extirpação total do útero nos casos de carcicoma”. No entanto, ao definir entre os concorrentes, o imperador D. Pedro II preferira, entre os três, o médico Climério de Oliveira. As manifestações em favor do Dr. Rodrigues Lima chegaram à Corte, ao Rio de Janeiro. Mas, mais que as questões ideológicas, estavam em jogo questões políticas, de estratégias de composição do Congresso, o próprio futuro da Monarquia brasileira. O republicano Rodrigues Lima (1854-1923), de importante família de Caetité, cidade do interior baiano, publicamente já demonstrava suas preferências pelo modelo representativo-presidencialista opondo-se à continuidade do Império, tal como o movimento de estudantes que ocupou as ruas de Salvador, defendendo a sua posse na Cátedra para a qual concorrera¹.

Com a Proclamação da República do Brasil, em 1889, a família Rodrigues Lima assumiria posições importantes no novo sistema de Governo. O irmão do ginecologista Antônio, o Dr. Joaquim Manuel, também médico, tornar-se-ia o primeiro presidente do Estado da Bahia na República brasileira. O Dr. Antônio Rodrigues Lima vinha de família proprietária de grande extensão de terras, que se amoldaria, na nascente República, ao que no Brasil se conhece como “coronelismo”. Na definição de Victor Nunes Leal, o “coronelismo”, termo trazido da incorporação de fazendeiros e de pessoas importantes da sociedade brasileira à Guarda Nacional, criada nos tempos da Regência, interregno entre o Primeiro e Segundo Império Brasileiro, se caracterizaria por uma espécie de governança típica do Brasil em que os chefes locais, assumindo o poderio de suas respectivas regiões, pela força da violência, se sustentariam “legalmente” no

¹ LIMA, Antônio Rodrigues. *Questão Rodrigues Lima (Anexo)*. In *Extirpação total do útero nos casos de carcicoma. Tese para Doutorado em Medicina - Faculdade de Medicina da Bahia*. Salvador: Imprensa Econômica, 1875.

âmbito do governo central subordinando-se às regras da democracia representativa republicana².

Esta nova reorganização da sociedade brasileira no novo governo, não substituiria, em termos econômicos, principalmente, a antiga classe proprietária que se esforçara para junto ao Império, adquirir status aristocrático, assumindo “nobiliarquicamente” títulos das “togas” investidas pelo imperador. Republicanos e “nobreza” brasileira não sangraram as rupturas entre os sistemas políticos com a violência jacobina. Pelo contrário, os sangues uniram-se formando novas e mais poderosas famílias.

No caso da família Rodrigues Lima, republicana de primeira hora, esta também tinha relações consanguíneas com o baronato local. A mãe dos irmãos médicos era irmã do Barão do Caetité e o primeiro presidente do Estado da Bahia (1892 e 1896), se casou com uma prima “baronesa”. Uma situação típica de uma sociedade em que os títulos de “nobreza” eram adquiridos pelas relações de reciprocidade que se criavam entre o Império e os proprietários. E, para essas famílias, a “aristocratização” também passava pela educação nas ainda incipientes Faculdades de Medicina, a primeira na Bahia, outra na Corte, a cidade do Rio de Janeiro; as de Direito, em Recife e em São Paulo, a Escola Politécnica, com o ensino da Engenharia, também na sede do governo monárquico, e, finalmente, a Escola de Minas do Ouro Preto, em Minas Gerais.

As primeiras Universidades brasileiras só foram organizadas em inícios do século XX na tentativa republicana de ampliar o apoio intelectual laico às iniciativas estatais, mas ainda, segundo Simon Schwartzman³, procurando estabelecer vínculos com o ensino católico, priorizando os Estudos das Humanidades. Mesmo assim, a passos titubeantes. A Universidade do Rio de Janeiro, fundada na década de 1920, fora “apenas criada *in nomine*”, como escrevera seu primeiro reitor, o professor Ramiz Galvão, ao Ministro da Instrução Pública⁴. Somente em 1937, durante o Estado Novo, o período ditatorial de Getúlio Vargas, a Universidade, localizada na então capital federal brasileira, viria a se chamar Universidade do Brasil. O Estado de São Paulo, em 1934, criara a sua Universidade, a USP, que, para Schwartzman, representou, de fato, a primeira iniciativa bem sucedida de implantação do ensino universitário no Brasil.

² LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto (O Município e o Regime representativo no Brasil)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

³ SCHWARTZMAN, Simon A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. In *Estudos Avançados*, vol.20 n°. 56. São Paulo Jan. /Apr. 2006.

⁴ Conferir : UFRJ – História em *site* da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Ministério da Educação: http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA. Capturado em 18/01/2010.

Assim sendo, desde a colônia até início do século XIX, a educação da “elite” brasileira se pautava basicamente pela formação européia. Somente a partir de chegada do Regente português D. João de Bragança, em 1808 ao Brasil, decorrente de sua “retirada” de Portugal, por conta do Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte, que se fundam as primeiras Faculdades relacionadas anteriormente.

No sentido de educar, as famílias grandes proprietárias se alinhavam em projetos políticos que, mais que o favorecimento de seus interesses particulares, propunham a manutenção do *status quo*, ainda que, para isto, fosse preciso mudar o sistema de governo. E, entre o mundo que se transformava além das fronteiras brasileiras, demarcadas pela língua portuguesa, por uma história de colonização e independência diversa dos vizinhos latinos, a classe proprietária considerava acompanhar os “progressos” do liberalismo, com sua racionalidade científica, com sua proposta de empiria organizativa. A criação do Estado-Nação brasileiro precisaria de suportes na formação da Nação almejada. Como escreveu Gramsci, o “Sentimento nacional, não popular-nacional: isto é, um sentimento puramente ‘subjeto’, não ligado à realidade, a fatores, a instituições objetivas. Trata-se ainda, por isso, de um sentimento de ‘intelectuais’ que sentem a continuidade de sua categoria e de sua história.”⁵ Desta forma, o “sentimento nacional” que se buscava instalar pela República, era também projeto político e econômico de uma *intelligenza* que se pautava pelo interesse de fundar a Nação brasileira. Como intelectuais orgânicos⁶, organizadores de sua classe, colocando nestes os interesses de uma Nação laica e racional por se construir, os médicos neste texto relacionados, com o propósito de trazer as formas de cuidar da mulher, da gestação e do recém-nascido, também propunham, na formação de um povo, um povo cidadão republicano, um povo idealizado numa nação imaginada.

Entendendo nação como comunidade imaginada, Benedict Anderson⁷ a interpreta como uma comunidade política imaginada, inerentemente limitada e soberana. Seria imaginada porque a sociedade que dela faz parte vive uma imagem de comunhão. Desta forma, há uma auto-abstração do nacionalismo e as pessoas se reconhecem como comunidade. A construção da nação e do nacionalismo envolve

⁵ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.58.

⁶ Para Gramsci, cada grupo social tende a produzir seus *intelectuais orgânicos*: “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e no político (...)”. In GRAMSCI, *op. cit.*, p. 3.

⁷ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

práticas sociais concretas, levando em consideração que são sujeitos históricos que produzem e reproduzem a comunidade imaginada. São criações, como escreveu Anderson, e devem ser reconhecidas pelo estilo em que são imaginadas. Assim sendo, a construção da memória nacional é também a sua definição enquanto comunidade, o que, segundo o historiador britânico, é concebida como fraternidade, pela indistinção da exploração e da desigualdade. Mas isso não significa que não haja, por parte dos setores hegemônicos, um projeto de memória nacional que não se imponha sobre os demais. Projetos de nação delineavam-se, portanto, sobre uma perspectiva compartilhada por parte da população brasileira, nem sempre consensuais, mas sempre conjunturais.

Nos primeiros tempos da República, pensava-se na urgência da organização do país principalmente sob uma ordem autoritária capaz de dar ao Brasil a feição de nação diante do restante do mundo e, neste projeto, em parte, vencedor, sob uma titubeante hegemonia positivista, o projeto de povo de fez de modo adequar a população ao modelo civilizador europeu.

E, como no caso dos filhos Rodrigues Lima, à época de suas juventudes, os rapazes deixavam o interior das suas Províncias, ainda nos tempos do Império e, mantidos pelas famílias proprietárias, iam se aventurar nas cidades onde havia Faculdades que pudessem inseri-los no mundo das Ciências e /ou da retórica. Ambas as escolhas, também levariam à política, como na maioria dos casos. Muitas vezes, a formação acadêmica, pela própria condição de reunir letrados, já parecia predispor os acadêmicos, nestes tempos de poucos leitores das leis e dos avanços científicos, ao ambiente das discussões políticas.

Mas, se a política parecia fazer parte da Academia, a ciência também parecia fazer parte da política em tempos de grandes transformações socioeconômicas que refletiam da Europa e dos Estados Unidos para o restante do planeta. E, nesses tempos de buscas que não se enxergavam neste horizonte brasileiro, os jovens estudantes do século XIX, atravessavam o Oceano em busca do “conhecimento civilizado”. Portanto, ainda que as questões políticas estivessem em evidência nos conturbados tempos iniciais da República brasileira, as discussões científicas, primordialmente as que tangiam a Medicina, refletiam no país as preocupações que os centros mais avançados de pesquisa discutiam no continente europeu: a prevenção às chamadas morbidades e o conhecimento aprofundado do funcionamento do corpo humano, que ainda “tateava” nas definições das características dos diferenciais entre gêneros. Estes estudos chegavam ao Brasil através dos estudantes que consideravam a necessidade

complementar sua aprendizagem científica na Europa. Assim fez o jovem Antônio Rodrigues Lima. Nascido em 1854, cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, onde defendeu sua tese de doutoramento, intitulada: “Haverá semelhança entre septicemia, infecção purulenta e a febre puerperal?” em 1875. Depois de formado, viajou para a Europa, onde ficou por três anos, conhecendo os hospitais de Viena e Paris.

Entre os anos de 1882 e 1884, Rodrigues Lima exerceu o mandato de Deputado do Império pela Província de Minas Gerais⁸. No ano de 1885, volta à Província natal, onde concorreu para a vaga em que foi preterido pelo Imperador que preferiu colocar Climério Cardoso de Oliveira como Lente Catedrático de Clínica Obstetrícia na Faculdade de Medicina da Bahia. Findo o Império, tornou-se Catedrático de Obstetrícia da Faculdade da Bahia, na vaga de Barão de Itapoã. Em 1894 passa a ocupar a cadeira de Patologia Geral que, em 1901, seria substituída pela Cadeira de Bacteriologia. Em 1896, Rodrigues Lima transfere-se da Faculdade de Medicina da Bahia para Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro como professor de Patologia Geral.

Também em 1901, candidatou-se à admissão como Membro Titular da Seção de Ginecologia na Academia Nacional de Medicina⁹ quando o então Presidente da Seção de Ginecologia e Obstetrícia, o acadêmico Furquim Werneck leu o parecer da Comissão escolhida para analisar os trabalhos apresentados para avaliação do candidato. Eleito, tomou posse na Academia no dia 19 de setembro de 1901, em solenidade presidida pelo Acadêmico Nuno de Andrade. Em agosto de 1923, Rodrigues Lima assume posição entre classe dos Membros Titulares Honorários da mesma Academia.

Em 1904, ajudou a fundar a Maternidade do Rio de Janeiro, exercendo nesta, o lugar de diretor até 1914. E, como professor, exerceu o magistério em Fisiologia na Faculdade do Rio de Janeiro entre 1906 e 1910. Na mesma Faculdade, como dito antes, tornou-se professor de Patologia Geral em 1911. Em 1922, foi jubilado. No seu obituário da Academia Nacional de Medicina, de 1923, encontra-se a referência à relação vivida entre a Universidade e a esfera parlamentar até a morte: “Afastado da cadeira profissional pelas reeleições que o mantiveram na Câmara dos Deputados, ainda

⁸ NOGUEIRA, Octaciano & FIRMO, João Sereno. *Parlamento do Império (obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar no Brasil)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, p. 233.

⁹ A Academia Nacional de Medicina foi fundada em 30 de junho de 1829, durante o Primeiro Reinado, o nome dado ao período de governo do primeiro imperador brasileiro, D. Pedro I. A ANM, primeiramente era chamada de "Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro", depois, Academia Imperial de Medicina. Com a República, passa a ter o nome atual.

assim, o eminente professor, pela cultura de seu espírito e pela sua distinção pessoal, deixou neste instituto um nome cercado do maior apreço e respeito.”

Suas atividades de médico, de pesquisador e de político não pareceram ser dissonantes. E estas atividades se complementavam no momento em que o novo sistema de governo fundado em 1889, necessitava de sua *intelligentzia* para a construção do Estado-Nação nos moldes da civilização que se moldava a partir da Europa. Tempos em que a Obstetrícia ainda caminhava para constituir-se como uma especialidade. Tempos em que a medicina européia preocupava-se em conter os desdobramentos mórbidos dos partos, causados pela insuficiência de técnicas de assepsia, pelo desconhecimento do corpo da mulher, um gênero ainda em construção, tanto para a biologia, como para a própria sociedade que ainda caminhava na própria concepção de indivíduo, do homem livre e racional. Estudos a partir das análises de Fabíola Rohen sobre a construção das distinções sexuais no século XIX¹⁰ mostram que neste momento as definições de gênero se constituíam sob a lógica das diferenças entre os sexos, de caráter biológico e emocional.

Portanto, se as pesquisas européias avançavam no campo do conhecimento sobre o corpo feminino, suas especificidades consideradas no âmbito da maternidade, do feminino como frágil, débil, volúvel, emotivo e diante da emergência científica dos diagnósticos, urgia, também, conceber a especialidade no tratamento da mulher – não só do tempo da gestação e suas conseqüências, mas da percepção das fases especificamente femininas, da puberdade à maturidade.

A trajetória profissional do Dr. Antonio Rodrigues Lima demonstra esta consonância com as pesquisas e as percepções sobre a Ginecologia e a Obstetrícia que se constroem neste período na Europa. E, no seu esforço para a implantação de uma instituição laica que atendesse as mulheres pobres, demonstra que conexões entre conhecimento, ideologias e ação política constituíam-se. Como percebe Bakhtin¹¹ ao analisar as reciprocidades entre visões de mundo de classes distintas e antagônicas, como reflexo das questões que, no circular das idéias, num mundo que avançava para o “progresso civilizatório”, a periferia deveria se integrar aos moldes que a Europa ditava.

O evolucionismo indicava as regras que se propunham estipular uma nova hierarquização da própria humanidade. As especificidades dos contrários: dos sexos;

¹⁰ Entre outros: ROHEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

¹¹ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – O contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Universidade de Brasília, 1987.

sociedades selvagens *versus* sociedades civilizadas; conhecimentos vulgares *versus* conhecimento científico levavam à diferenciação pela hierarquização dos gêneros e das raças em ambiente onde a intelectualidade, através da racionalidade, exigia a igualdade. Esta passava pela constituição da nova família numa ainda recente sociedade industrializada, na qual a urbanização se apressava pela ocupação desordenada da pobreza proletária em contraposição às demonstrações de opulência burguesa. Entre o declínio do coletivismo que ainda se sustentava pelos derradeiros gemidos do romantismo, a individuação da pessoa humana se afirmaria em todos os aspectos: exemplarmente a partir, então, de seu primeiro momento no mundo. Esta visão determinista afetaria a ainda recém criada medicina da mulher. Entre o racionalismo científico e a permissão da sensibilidade, alguns especialistas consentiam-se relacionar gênero à qualidades morais.

No bojo das revoluções que buscavam o entendimento do mundo através da racionalidade política e tecnológica legava-se ao homem o aprendizado científico da gestação e das formas de “trazer ao mundo” os novos seres humanos. A prática, restrita antes ao âmbito do privado, considerada vulgar, por estar fora do âmbito do conjunto de conhecimentos entendidos como racionais pela ciência moderna, vai sendo incorporada, pela administração das técnicas científicas, ao espaço externo à casa – a ambientes propícios aos cuidados à gestante e ao recém-nascido. E, sendo o domínio do público percebido como pertencente ao homem, a tarefa de “aparar” recém-nascidos, assim como o estudo da maternidade, seus cuidados e a extração, passam a ser tarefa masculina – como no mundo da ciência – em tempo da transição dos séculos XIX para o XX.

Um novo modelo de civilização, que se formava com os impactos das rupturas das “grandes transformações”,¹² impunha ao mundo uma perspectiva de superioridade da sociedade cristã ocidental. Ainda que as “luzes” da liberdade e igualdade indicassem, por princípio, a incorporação da mulher ao *status* de indivíduo, o universo feminino se restringia, em nome da “ordem da natureza”, ao mundo privado, para o que deveria ser função da mulher: cuidar do lar e da família. Por conta mesmo da preservação do “recato” feminino, a tarefa de “trazer à luz”, de “aparar” o recém-nascido era delegada às mulheres parteiras como preservadoras do ato íntimo do parto. Mas, de forma

¹² POLANYI, Karl. *A grande transformação – as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Incluo no termo “grande transformação” as implicações sociais e econômicas advindas da Revolução Industrial e as mudanças políticas e sociais provocadas pela Revolução Francesa como fez Hobsbawm em HOBBSBWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

gradativa, o processo de transferência de responsabilidade pelo parto incorporaria as mulheres parteiras ao “logo” da ciência, num ambiente em que o saber formal também disciplinaria a formalização das relações humanas.

Com a exigência da especialização e do uso de técnicas, procedimentos obstétricos passaram a ser exigidos às parteiras. Cursos eram oferecidos e instituía-se o licenciamento através de avaliação institucional. O obstetra brasileiro Jorge de Rezende descreve como, comumente, se reproduziam os processos de parto no Brasil do século XIX: “O exercício da Obstetrícia estava entregue às parteiras, não raro negras forras, cujos procedimentos se adivinha. Eram licenciadas com benevolência extremada, bastando-lhes solicitar o privilégio e pagar os emolumentos.”¹³

Tendo em vista as descobertas científicas que as pesquisas produziam, desde os mais simples cuidados com assepsia até uso de novos instrumentos, a transferência do lar, mundo privado, para o espaço do público, o hospital, se impunha no sentido de assegurar, sob o saber rigoroso da técnica obstétrica, a preservação da vida das mães e dos recém-nascidos.

As relações que os intelectuais brasileiros construía com a ciência a partir da Europa do século XIX parecia indicar-lhes o caminho racional para imporem-se na direção de um Estado-Nação, como território demarcado e ocupado por um povo. Urgiria, neste sentido, formar este povo, cuja identidade uniforme, ou ordenada, deveria superar a amorfia da massa, que se formava no mundo livre do trabalho carregando quatro séculos de escravidão. Seria preciso, portanto, para os intelectuais das “luzes” transferirem, pelo conhecimento da ciência, a condição do “povo” de súdito do Império para cidadão de um mundo livre e racional, a República. Esta, que se estabelece em 1889 é, principalmente, influenciada pela racionalidade positivista. Ainda que a industrialização brasileira fosse incipiente e que a miséria e a dispersão profissional, agravadas pelas condições dos trabalhadores cuja negação da propriedade que anos de escravidão haviam lhes retirado, incluindo a posse de si mesmos, indicassem uma ausência da sociedade civil organizada a partir da classe trabalhadora, havia o temor,

¹³ REZENDE, Jorge Fonte de. Apontamentos para uma história da Obstetrícia no Brasil. In *Enciclopédia Médica Brasileira (esboço)*. Rio de Janeiro: Enciclopédia Médica Brasileira / Manole / Livro Médico, 1983, Cap. 1, p. 5. Jorge de Rezende dirigiu a Maternidade-Escola da UFRJ no período 1972-1981. Na esteira de seus antecessores, Rezende pertenceu à Academia Nacional de Medicina. Seu livro *Obstetrícia Fundamental*, desde 1962, tornou-se referência no estudo desta área nas Universidades brasileiras. Esta obra anualmente se renova com novos artigos de vários autores que tratam das atualidades no campo da Obstetrícia. Atualmente, na 11ª. Edição, ela é organizada por seu filho Jorge de Rezende Filho e pelo também ex-diretor da Maternidade-Escola e também membro da ANM, o Prof. Dr. Carlos Antônio Montenegro.

sempre presente, da revolta popular. Neste sentido, as referências da Europa apontavam para a necessidade de contenção do que comumente seria chamada de “questão social”.

As questões sociais refletiam as mudanças no mundo do trabalho com a entrada no espaço da política da classe trabalhadora. E, a República que se instalava, absorvendo dos novos tempos as transformações tecnológicas, econômicas e sociais que se espalhavam pelo planeta, seria entendida por seus mentores como meio real para a intervenção na construção da “nova nação” brasileira, pautada no ideal positivista de “ordem e progresso”. Desta forma, a construção de uma identidade nacional, uniforme, se colocaria como tarefa do Estado. Se, no período colonial e imperial, tal como os registros de nascimento, óbito e casamento estavam entregues à Igreja Católica, a saúde também estava intrinsecamente ligada a esta instituição pelas irmandades, principalmente a da Santa Casa de Misericórdia, com a República, toma-se como função de Estado laico a tarefa de registrar e controlar o processo de composição e racionalização da quantificação e mesmo qualificação, em termos biológicos, do povo nacional.

Neste sentido, as histórias particulares dos filhos das famílias grandes proprietárias integram-se aos interesses científicos de uma *intelligentzia* que incorporava outros setores da sociedade e que tinham em comum a defesa da ciência. Torna-se, no entanto, pela condição de acessibilidade de poucos às Letras, projetos que se supõem encaminhar os anseios da classe hegemônica como projetos de Estado, como projetos dessa classe. Como o caso da história de Antônio Rodrigues Lima, que adentra a história de construção de uma Nação brasileira sob os auspícios da racionalidade e que contribui para definições de um porvir brasileiro.

Participando dos debates que procuravam dar uma forma civilizada ao Brasil na virada entre os séculos XIX e XX, Rodrigues Lima compartilhava os interesses pela saúde popular, como “coisa” do Estado, racionalmente ordenada. Esta ordenação passava pela construção de meios científicos para os cuidados nas gestações e da saúde da mulher. E este tema já se debatia desde os tempos da Assembléia Imperial. Porém, a iniciativa de se criar uma Maternidade gerida pelo Estado que atendesse a população carente da cidade surgiu durante 4º. Congresso Médico em 1900 que foi realizado na novíssima capital republicana, o Rio de Janeiro. A data é emblemática, posto que se comemorava também, neste ano, o 4º. Centenário do Descobrimento do Brasil. Na ocasião, os participantes do Congresso delegaram a dez profissionais a tarefa de escolher o local adequado para sua instalação. Os dez membros foram reduzidos a

cinco, entre estes, Antônio Rodrigues Lima, Werneck de Almeida, Gonçalves Penna, Vieira Souto e Azevedo Júnior. Os recursos para a compra de um prédio foram arrecadados através de campanha liderada pelo professor e então Deputado pelo Rio de Janeiro, o Dr. Antonio Rodrigues Lima. A campanha pela Maternidade também contou com apoio da “Associação Auxiliadora da Maternidade”, criada em novembro de 1903 e composta pelas “senhoras brasileiras” que atenderam ao apelo do Dr. Rodrigues Lima para a criação da Maternidade¹⁴.

Em 1901, o Congresso Nacional votou a liberação de verba para a aquisição do imóvel. Este se localizava à Rua das Laranjeiras, então n.º. 66, atualmente, transformado pelas mudanças urbanas, em n.º. 180.

Embora a Maternidade do Rio de Janeiro, seu primeiro nome, tenha iniciado seus serviços clínicos no dia 18 de janeiro de 1904, data de publicação do Decreto n.º. 5.117, assinado pelo então presidente da República, Rodrigues Alves, sua fundação se deu no dia 1.º de abril do mesmo ano. Em 1918, a Maternidade passaria a pertencer à Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Em 1937, com a criação da Universidade do Brasil passa a ser denominada Maternidade-Escola da Universidade do Brasil. Em 1965, durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), quando é criada a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Maternidade passa a ser chamada: Maternidade-Escola da UFRJ.

Entre as finalidades da Maternidade estava a de proteger a gestante e crianças recém-nascidas das classes menos favorecidas. A intenção da direção que fora empossada em sua fundação, com Rodrigues Lima à frente, também era de fazer dali lugar de ensino ginecológico e obstétrico para os estudantes da Faculdade de Medicina e, também, uma escola profissional de enfermeiras. Esta completaria o atendimento às gestantes, o que não chegou a se concretizar.

Em marco de 1904, um decreto presidencial que aprovou os Estatutos da Maternidade. Em conformidade com o decreto anterior, de 18 de janeiro do mesmo ano, estabeleciam-se as regras de organização de seu conselho administrativo. Assim sendo, com a aprovação dos Estatutos de janeiro, a Maternidade fora considerada em funcionamento, com seu conselho composto de um diretor, o Dr. Antônio Rodrigues

¹⁴ No editorial do dia 26 de setembro de 1903, do jornal matutino *O Paiz*, que circulava no Rio de Janeiro, o próprio Dr. Rodrigues Lima escrevera o texto que buscava o apoio das “senhoras brasileiras” para a criação da Maternidade. Este jornal era considerado o principal porta-voz das idéias republicanas no século XIX e defensor dos governos da Primeira República brasileira. Teve suas atividades interrompidas pela chamada “Revolução de 1930” que derrubou os grupos que até então se articulavam no poder, sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas.

Lima, um vice-diretor, o Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida e um tesoureiro, o Dr. Francisco Vicente Gonçalves Penna. Todos nomeados pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, José Joaquim Seabra.

Estava, assim, Francisco Furquim Werneck de Almeida (1846-1908), entre os que lutaram para fundar a primeira Maternidade que também servisse como escola para enfermeiras e médicos, sob a tutela do Estado, no Brasil, assumindo o cargo de vice-diretor. Mas, sua experiência administrativa tinha antes sido bem mais ampla. Ele governara a ainda jovem capital federal brasileira, a cidade do Rio de Janeiro, entre 1º de janeiro de 1895 e 16 de novembro de 1897. Werneck de Almeida também viera de família ilustre, da cidade de Vassouras, importante centro de produção cafeeira do século XIX. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1869. Trabalhou como cirurgião no Hospital da Misericórdia, admitido em concurso no qual tirou o primeiro lugar. Integrou a equipe médica que atuou na Guerra do Paraguai, um conflito que envolveu o Brasil, a Argentina e o Uruguai que se uniram contra o governo do General paraguaio Solano López.

Fora Werneck de Almeida o leitor do parecer que introduzira Rodrigues Lima na Academia Nacional de Medicina, em 1901. Nesta época, então, já era Membro Titular da Seção de Cirurgia. O seu pedido de efetivação foi feito, também, sob a presidência de Nuno de Andrade, quando apresentou seu memorial em novembro de 1900. Neste registro de sua memória acadêmica e profissional, Werneck de Almeida narra sua longa trajetória, desde sua na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, passando pela Guerra do Paraguai: “Prestei também serviços nos hospitais militares na campanha contra o Paraguai, servindo como segundo cirurgião, cabendo-me a dolorosa tarefa de curar grande número de feridos de Curupavty.” Relata, também, nesta apresentação à Academia Nacional de Medicina a sua formação na Europa, onde frequentou:

“assiduamente as melhores clínicas obstétricas e cirúrgicas, notavelmente os cursos de Pajot, Depaul, Voillemier, Richet, Gozaellin, Verneuil etc. Daí, segui para Viena d’Áustria e durante três semestres frequentei as clínicas principais d’aquela Universidade sem rival nessa época segundo, mais de perto as lições de Braun, Späth Billroth, Dittel, Dumreuber etc. e, terminando aí os meus estudos, obtive o título e diploma de *Magister Obstetritio*, depois de submeter ao exame exigido. Em Berlim frequentei os cursos de operações e as clínicas cirúrgicas dos professores Lugenbeck e Bardeleben, o qual começava a pregar o método de Lister. Em Londres acompanhei durante 3 meses consecutivos os mais notáveis cirurgiões ingleses e muito particularmente a Sir William Ferguson em King’s College e a Spencer Wells, que no Samaritan Hospital, fazia em grande escala a ovariectomia, operação ainda não generalizada no continente europeu. Assisti a grande número de operações praticadas por este ilustre

cirurgião inglês e familiarizando-me com a sua admirável técnica operatória, introduzi-a e vulgarizei-a entre nós.”¹⁵

Defendendo ainda a sua candidatura a Membro Titular da ANM, Werneck de Almeida continua sua narrativa apresentando seu exercício profissional. Exerceu clínica da Obstetrícia e Ginecologia desde fins de 1872, durante a qual teve a possibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos nas clínicas européias, introduzindo no Brasil as técnicas que aprendeu na Europa, se tornando “propagandista ativo e convicto” da anestesia obstétrica que encontrava resistência e “repugnância” entre a classe médica e no público em geral. Introduziu também a anestesia com Metileno Bicloreto¹⁶ propagada por Sir Spencer Wells. Este foi um importante médico do Samaritan Free Hospital for Women and Children, de Londres, onde Werneck de Almeida também clinicou, e que instituiu ali a ovariectomia que tinha caído em desuso devido à grande mortalidade das mulheres causada pela falta de assepsia e por procedimentos que foram, então, suplantados.

Quanto às cirurgias para extração dos ovários, segundo o próprio Werneck de Almeida, ele estaria entre os médicos que tinham “a maior e melhor série de operações d’aquela natureza”. Trazendo para o Brasil os métodos mais modernos em cirurgia, o candidato ainda relatou suas outras práticas cirúrgicas que trouxera não só da Europa, mas também que conhecera de médicos da América do Norte. O Dr. Werneck de Almeida ainda inovou ao modificar processos operatórios e instrumentos cirúrgicos que passaram a ser conhecidos pela classe médica no âmbito da Ginecologia e da Obstetrícia.

Suas atividades, portanto, como médico, como estudioso das técnicas cirúrgicas não o afastaram do esforço em construir no Brasil o mesmo tipo de hospitais que conhecera na Europa, para onde viajou, pelo menos, duas vezes, para se atualizar. Como político, foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a capital federal brasileira na ainda recente República. Veio de família liberal, cujo pai, Francisco de Assis Furquim de Almeida, foi famoso advogado que se casou com a filha dos Barões de Pati de Alferes. Seu tio paterno, Caetano Furquim de Almeida, fundou a Casa Comissária Furquim & Irmãos, depois Furquim & Joppert, que exportava mais de um milhão de

¹⁵ Entre os “grandes mestres” de Werneck de Almeida, estava Jean - Anne - Henri Depaul (1811-1883), o “parteiro” responsável pelos nascimentos dos filhos da então Princesa Isabel, filha do Imperador Pedro II.

¹⁶ Metileno Bicloreto é um hidrocarboneto clorado utilizado como um anestésico inalante e que, em altas concentrações, atua como narcótico.

arrobas de café por ano durante o século XIX. Sua família, também, foi responsável, através da “Casa Comissária” pela criação da então futura Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, que mais tarde seria chamada de Estrada de Ferro Central do Brasil.

Outro companheiro de primeiras horas dos dois médicos anteriores foi Francisco Vicente Gonçalves Penna (1867-1946). Nascido na ainda Província Imperial de Minas Gerais. Coursou a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, especializando-se em Obstetrícia. Defendeu tese, indo, então, para a Alemanha onde estudou as práticas cirúrgicas. Também acumulava experiência administrativa como diretor da Saúde Pública em Juiz de Fora, Minas Gerais. A sua família tinha tradição parlamentas no Império. Seu pai, também médico, fora Deputado Provincial entre 1860 e 1867 e, no primeiro pleito do município de Sete Lagoas, em 1871, foi o vereador mais votado, obtendo 383 votos. Gonçalves Penna dedicou-se, principalmente à Cirurgia no Rio de Janeiro.

O Dr. Rodrigues Lima dirigiu a Maternidade até 1914, quando deixou o cargo para José Thomaz Nabuco de Gouvêa (1872 -1940). Nabuco de Gouvêa pertencia a uma ilustre família brasileira, em que a tradição de seus ancestrais se reportava para à magistratura e à diplomacia. Desde seu bisavô, José Tomás Nabuco de Araújo, a família Nabuco vinha se ocupando da “política” em cargos de presidentes de Província, Senadores, Deputados, como fora o médico-diretor da Maternidade também. Nabuco de Gouvêa foi eleito para o ainda novo Estado Republicano do Rio Grande do Sul mandatos de 1912 e na década de 1920. Nascido em Minas Gerais, era filho de Hilário de Gouvêa, importante médico, Membro da Academia Nacional de Medicina, com atuações na área da Oftalmologia, participou de campanhas nacionais e internacionais contra a tuberculose. O Dr. Hilário de Gouvêa, o pai, era amigo e médico do Barão do Rio Branco, reconhecido como o mais importante diplomata brasileiro. Seu parente mais “famoso” e festejado na História do Brasil, porém é o jurista, diplomata abolicionista Joaquim Nabuco, irmão de sua mãe. Nabuco de Gouvêa, depois de ter estudado em Paris¹⁷, torna-se Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro,

¹⁷ Nabuco de Gouvêa estava em Paris acompanhando seu pai que havia se exilado na França por ter contribuído no socorro aos feridos da “Revolta da Armada” (1893-1894) e da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul (1893-1895), seguindo o modelo da Cruz Vermelha. Por considerar a ajuda médica uma traição, o então Presidente da República, Floriano Peixoto mandou-o prender. Soares de Gouvêa conseguiu fugir e pediu asilo à França, para onde embarcou com a família. Conf. FONSECA, Maria Rachel Fróes da & MONTEIRO, Rodrigo Borges. GOUVÊA, Hilário Soares de. In *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)* Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>), Capturado em 09/01/2010.

em 1897, com a tese: *Dos ferimentos pelas modernas carabinas de guerra*. Tornou-se Livre Docente de Clínica Ginecológica desta Faculdade em 1912 e passou a dirigir a Maternidade do Rio de Janeiro em 1914, cargo que deixou em 1915. Em 1917 foi convocado a participar dos esforços brasileiros na Primeira Guerra Mundial. José Thomas Nabuco de Gouvêa chefiou a equipe médica brasileira de oitenta médicos enviada para a França. Porém, parte da equipe, atacada pela gripe espanhola durante a viagem de navio, ainda na costa africana, não resistiu. Assim, além de cuidar das vítimas da Guerra, a equipe do Brasil também cuidou dos atingidos pela gripe espanhola no solo francês.

Com o fim da Guerra, conta Mário Kroeff, um dos médicos que integraram a equipe: "Marchamos sob o Arco do Triunfo no "Défilé de la Victoire", desfraldando a bandeira brasileira, ombro a ombro com os soldados de outras pátrias"¹⁸.

Mas, a estadia de Nabuco de Gouvêa estendeu-se em tempo e ação mais que os limites da Primeira Guerra. O médico brasileiro fundou em Paris o Hôpital Brésilien, na Rue Vaugirad. O Hospital, que ainda existe, foi doado à Université de Paris - Faculté de Médecine. Por seu trabalho no tratamento dos feridos de guerra, Nabuco de Gouvêa recebeu a condecoração da Legião de Honra do governo francês.

Ao retornar, como Deputado Federal e Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, discursou na Câmara dos Deputados sobre a *Missão Médica Brasileira*¹⁹

Não só por suas atividades políticas, como Deputado Federal, líder da bancada gaúcha entre os anos 1919 a 1924, mas também para seguir a “tradição familiar diplomática”, Nabuco de Gouvêa entrou para esta carreira tornando-se, em 1927, Ministro Plenipotenciário do Brasil no Paraguai. Sua experiência neste ramo começou ao acompanhar o presidente eleito do Paraguai, Sr. José P. Guggiari em sua viagem ao Brasil, sendo encarregado de representar o país, como Embaixador em Missão Especial, na posse presidencial.

Também em missão diplomática, segue, em 1929, para Bucareste, Romênia. Foi representante do Brasil no IX Congresso Internacional de História da Medicina em setembro de 1932, também em Bucareste. E, dispensado do magistério da Medicina, a

¹⁸ Esta é, na História do Brasil, uma das poucas referências aos médicos que participaram da equipe médica brasileira na Primeira Guerra Mundial: MORÍNIGO, Fábio Cupertino. *Na história do H.S.E., ex-combatentes das grandes guerras do século XX. In Profissionais de Saúde Revista Médica*. Número 35 - Volume 1, História. <http://www.hse.rj.saude.gov.br/profissional/revista/35/herois.asp> Capturado em 09/01/2010.

¹⁹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1919.

partir deste ano, passa a dedicar-se plenamente ao exercício da diplomacia. Entre 18 de maio de 1934 e catorze de novembro de 1936, tornar-se-ia embaixador brasileiro em Berne, Suíça. Finalizaria sua diplomática na Embaixada do Brasil no Peru. Por sempre estar ligado ao exercício da medicina e estar em contato com os médicos locais, por todos os países em que foi diplomata, recebeu títulos de Professor Honorário pelas respectivas Academias de Medicina: Membro Honorário da Faculdade de Medicina de Assunção, Membro Estrangeiro da Academia de Medicina e Correspondente da Faculdade de Medicina de Paris, Professor Honorário da Faculdade de Bucareste e Professor *Honoris Causa* da Universidade de Lima. Recebeu a Grã Cruz da Ordem da Coroa da Romênia, a condecoração do Grande Oficialato da Legião de Honra da França e da Ordem de São Maurício e S. Lázaro da Itália. Também, em 1936, Nabuco de Gouvêa chefiou a Delegação Brasileira na Conferência do Trabalho em Genebra, Suíça.

Sua atuação no âmbito da medicina, no entanto, apesar da “consanguinidade” de sua veia diplomática e política, nunca deixou de ser contínua. Ainda como intelectual, ainda como cirurgião. Em suas atividades como médico e como docente, tornou-se, professor catedrático na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na Cadeira de Ginecologia e Obstetrícia e ainda exercia medicina geral: clínica e cirurgia. Foi chefe do serviço cirúrgico do Hospital da Gamboa, Rio de Janeiro, onde chefiou a enfermaria. Também atuou no Hospital São Francisco de Assis, no centro da então capital federal. Quando Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, em suas estadias por aquele Estado, trabalhava alguns meses do ano no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, em Bagé. Dirigia este Hospital, mas também possuía nesta cidade uma clínica.

Foi admitido como Membro Correspondente da Academia Nacional de Medicina em início de 1905 e, em 1916, tornou-se Membro Titular da mesma Academia, na Seção de Cirurgia. Entre seus trabalhos apresentados em diversos Congressos estão os estudos sobre Apendicite, Cirurgia da vesícula biliar, Tumor da tireóide, Angioma do Rim, Prostatectomia Transvesical, Hipernefroma Maligno. Há ainda uma conferência que fora pronunciada na Faculdade de Medicina de Bucarest sobre “Chorio-epitelioma”.

Seu sucessor na Maternidade-Escola foi o médico Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães (1878-1944). Este nasceu na ainda sede do Império, a cidade do Rio de Janeiro. Menino carioca, do Bairro de Santa Teresa, filho de livreiro. Seu pai, português de origem, era um dos proprietários da Livraria Clássica de Nicolau Alves, que deu origem à Livraria e Editora Francisco Alves, que teve e tem grande importância editorial no Brasil. Sua mãe era brasileira.

Ainda estudante do Imperial Colégio de Pedro II, assistiu a “Proclamação da República” brasileira. Estava indo para escola no dia 15 de novembro de 1889 quando, no Campo de Santana, caminho que percorria diariamente, se deparou com o movimento de soldados do Exército que, soube mais tarde, fora o ato que dividiria as eras históricas do Brasil, entre Império e República. Que, mais que modelos de sistemas de governo, repartia, simbolicamente, os caminhos da *intelligentzia* brasileira, entre a dependência da monarquia e as liberdades da “luzes” da *res publica*. Da possibilidade de cidadãos proporem e gerirem os negócios públicos, não mais submissos às decisões do Imperador, mas “livres” através da democracia representativa.

Mas, a felicidade do garoto estudante, futuro deputado, gestor de instituições públicas como uma Universidade Federal, não fora propriamente a instalação do novo regime, fora mesmo a “confusão” que naquele dia, lhe fechara a escola. Neste dia não teve aula no Imperial Colégio de Pedro II.

Fernando de Magalhães não era oriundo de família grande proprietária. Sua formação não se faria a partir da lógica da inserção em uma “elite” intelectual que se formava com projetos de continuidade no Estado, sob novas condições políticas. Mas, sua formação lhe permitiu pertencer a esta “nova” elite republicana. Ainda que pela trajetória profissional tenha alcançado os cargos que alçou, as relações familiares que construiu pelo casamento também o incluíam no ambiente do poder. Seu sogro, Nuno Ferreira de Andrade foi conselheiro do Imperador Pedro II em 1886, presidente da Academia Nacional de Medicina de 1900 a 1901 e de 1901 a 1903 e integrou a comissão, criada no 2º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia que aconteceu no Rio de Janeiro em setembro de 1889, promovido pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, que visava elaborar um plano para a organização sanitária no país.²⁰

Fernando de Magalhães formou-se em 1899, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, quando defendeu a tese: “Indicação nos vícios de conformação da bacia”. Nesta Faculdade, entre 1900 e 1901, foi professor interino de Clínica Ginecológica e Obstétrica, em 1900-1901. Também, ali, foi livre docente de Obstetrícia, de 1901 a 1910. Tornou-se reitor da Universidade do Rio de Janeiro em 1913, enquanto era professor de Clínica Obstétrica (1911 a 1915), vindo a ser Catedrático de Clínica Obstétrica, em 1922 e diretor da Faculdade Nacional de Medicina, em 1930.

²⁰ Biografia em FONSECA, Maria Rachel Fróes da. ANDRADE, Nuno Ferreira de. In *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)* Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>), Capturado em 10/01/2010.

A partir de 1915, a Maternidade do Rio de Janeiro, ou de Laranjeiras, como também a chamavam, passaria a ser administrada pelo Professor Dr. Fernando de Magalhães que dirigiu a instituição por duas gestões: de 1915 a 1918 e 1922 a 1944. Foi durante sua primeira administração, no ano de 1918, que a Maternidade passou, por doação, a integrar a agora Faculdade Nacional de Medicina Rio de Janeiro.

Fernando Magalhães também adentrou a vida pública como Deputado Constituinte pelo Estado do Rio de Janeiro, na elaboração da Constituição Brasileira de 1934. Ainda exerceu mandato pelo Distrito Federal no Congresso Nacional a partir de 1934 até a instauração do Estado Novo em 1937, quando a Ditadura Getúlio Vargas cassou todos os partidos políticos instituindo o regime de exceção que durou até 1945. Fernando Magalhães preocupava-se com a necessidade de disseminação do ensino da Medicina no Brasil. Defendendo a abertura de novos cursos médicos, discursou no Congresso Brasileiro de Práticos no Rio de Janeiro.

Suas atividades de médico e, como produtor de pesquisas sobre a clínica obstétrica, o levaram à Academia Nacional de Medicina e à Academia Brasileira de Letras.

Para a Academia Nacional de Medicina, inscreveu-se, no ano de 1900, como candidato a Membro Titular da Sociedade de Cirurgia, sendo eleito e tomado posse no ano seguinte. A presidência da cerimônia coube ao seu sogro o Acadêmico Nuno de Andrade. Em 1943 foi transferido para a Classe dos Membros Eméritos. Exerceu a presidência da Academia Brasileira de Letras em 1929 e no biênio 1931 – 1932.

Na Academia Brasileira de Letras, foi eleito em julho de 1926 para a Cadeira 33. Escrevia especialmente estudos sobre a prática da Obstetrícia, sendo mais importantes as suas obras: *Clínica obstétrica*; *Lições de clínica obstétrica*; *A obstetrícia no Brasil*; *Síntese obstétrica e Obstétrica Forense*. Ainda escreveu outros importantes trabalhos sobre questões da Medicina e outros temas como: *Discursos e conferências*, 4 vols.; *O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* (1932); *Na Constituinte de 34* (1934); *Cartilha da probidade* (1936). Segundo seus biógrafos, gostava de fazer discursos nas Academias e nos ambientes da “política”.

Entre as diversas outras atividades, foi membro do Conselho Nacional de Ensino; da Sociedade de Medicina e Cirurgia; do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; da Liga de Defesa Nacional no Brasil. Na Europa, participou da Academia das Ciências de Lisboa, da Sociétés Obstétrique de Paris e de outras várias associações médicas, nacionais e estrangeiras. Tornou-se, também, Doutor *Honoris Causa* da

Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa. Recebeu os prêmios Alvarenga e Madame Durocher, ambos outorgados pela Academia Nacional de Medicina.

Como o objetivo de ampliar o atendimento às mães carentes da capital federal, o médico Fernando Magalhães fundou e dirigiu a Pró-Matre, uma sociedade beneficente sem fins lucrativos que, ainda hoje, é referência como maternidade, assistência às gestantes e recém-nascidos, além de promover atendimento ginecológico para as mulheres da cidade do Rio de Janeiro.

Completando o período de gestões que ocuparam quatro décadas que iniciaram o século XX, temos Erico Marinho da Gama Coelho (1855 -1922), que administrou a Maternidade-Escola no interregno entre as gestões de Fernando Magalhães.

Erico Coelho nasceu na cidade de Cabo Frio, litoral norte da então Província do Rio de Janeiro e estudou na Faculdade de Medicina da então Coroa Brasileira, doutorando-se em 1879 com a tese: “Diagnóstico diferencial dos tumores do seio”. Especializando-se em Obstetrícia e Ginecologia, passou, a partir daí, clinicar no interior fluminense, na cidade de São Fidélis. Ainda que levando a vida “de interior”, o Dr. Erico se dispôs a concorrer à vaga para professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo aprovado em meio à polêmicas questões que envolviam sua participação no movimento republicano em tempos em que as instituições públicas sofriam intervenção direta do Imperador Pedro II. Conta o Dr. Garfield de Almeida, na sessão de 30 de junho de 1923 da Academia Nacional de Medicina que homenageava postumamente Erico Coelho:

“Seu concurso tornou-se memorável, por mais de um motivo. Tratava-se de um moço republicano que, pelas colunas do jornal “O Povo”, fazia a mais ardorosa propaganda antimonárquica, não raro ajudada em comícios populares nas ruas da pequenina cidade fluminense. Era a de mais um obscuro médico provinciano que se vinha bater em leal pugna científica com alguns dos mais afamados parteiros da Corte, Crissiuma, Monat e Pedro Paulo de Carvalho, este, sobretudo, tido como o mais exímio parteiro da época. Dizem as crônicas que uma afamada revista da especialidade, recentemente chegada, e que só Erico houvera lido, deu-lhe uma enorme vantagem em uma das provas. Verdadeira ou não, essa informação histórica, o fato é que em todas elas saiu-se brilhantemente o jovem médico, e por tal forma nela se houve que a Congregação, cujo julgamento se tinha então como de uma religiosa justiça, resolveu classificá-lo em primeiro lugar.

O Imperador a tudo assistira e, muito embora lhe fosse inteiramente facultativo subscrever, para os fins de nomeação, o *veredictum* do corpo de professores, fez timbre em respeitá-lo. A República deu-lhe logo o lugar de diretor da Faculdade e, no qual, aliás, se manteve pouco tempo.”

Em 1884, inaugurou a Cadeira de Clínica Obstétrica e Ginecológica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ainda em tempos de Império, foi eleito Membro Titular da ainda Academia Imperial de Medicina em 1886 apresentando a memória “Algumas observações: O beri-beri examinado do ponto de vista psicológico”. Desta Academia, tornou-se Patrono da Cadeira nº. 16.

Tornou-se diretor da Faculdade de Medicina, porém por pouco tempo, pois na recém criada República passou a dedicar-se às atividades políticas o levaram ao Congresso Nacional. Iniciou cedo na República, participando da elaboração da Primeira Constituição Republicana do Brasil, em 1891, exercendo o mandato de Deputado no período de 1890 a 1893. Nos biênios seguintes: 1894 a 1896, de 1897 a 1899 e de 1903 a 1905 exerceu mandatos de Deputado Federal. Em 1906, até 1909, torna-se Senador da República, sendo novamente eleito para este cargo para o mandato de 1914 a 1918.

Ao deixar a “vida pública”, e assumindo a Cátedra de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina, o Dr. Erico Coelho passou a dirigir a Maternidade do Rio de Janeiro do ano de 1918 até a data de sua morte, em 1922 quando, então, retorna à direção da Maternidade, o Dr. Fernando Magalhães.

A gestão do Dr. Erico Coelho na Maternidade, ao respeitar os critérios da Faculdade de Medicina de colocar na sua direção o responsável pela Cátedra de Ginecologia e Obstetrícia, leva à galeria dos diretores um personagem que adentra a “elite” intelectual brasileira, não por filiação, relação familiar ou qualquer consanguinidade ilustre. O rapaz que se opusera publicamente ao Império participava dos debates calorosos nas “Conferências da Glória” em que se antecipavam as “resoluções” republicanas. As “Conferências Populares da Freguesia da Glória”, realizadas entre 1873 e 1890 pretendiam servir de palco de discussões sobre os temas científicos e educacionais que preocupavam os intelectuais que habitavam a sede do Império, a cidade do Rio de Janeiro em fins do XIX. Entre as preocupações estavam a de compartilhar os conhecimentos tanto com grupos específicos de intelectuais, como a de ampliar o debate para a participação popular que pode ser entendida como a construção de uma cidadania republicana. Como escreve Maria Helena Bastos: “Possuem caráter educativo e de vulgarização do conhecimento, com a intenção de *difundir as luzes* e as modernidades científicas. Delas participam professores ou outros intelectuais, figuras

proeminentes da sociedade, que objetivam discutir diversas questões vinculadas à profissão, à educação e ao ensino.”²¹

Além de Erico Coelho, outros personagens aqui citados participavam dos encontros, entre eles: Hilário de Gouvêa, Nuno de Andrade e Joaquim Nabuco.

O Dr. Erico Coelho ainda participaria mais tarde, durante seu terceiro mandato de Deputado das discussões sobre a vacinação obrigatória em 1904. Questionando a vacinação compulsória, apesar de não duvidar a eficácia da vacina, o Dr. Erico Coelho defendia o direito à recusa do sujeito, cidadão, à vacinação:

“Que mal pode fazer ao vizinho esse homem são [não varioloso] que não acredita na imunidade pela linfa jenneriana, e se recusa submeter-se à sua inoculação?

Compreende-se que possa ser punido o indivíduo que dissuadir um outro de submeter-se à vacinação contra a varíola, que esse indivíduo incorra numa contravenção, mas o homem são que se recusa à vacina, que delito cometeu?”²²

Cabe ressaltar que a chamada “Revolta da Vacina” que agitou a capital da República consistiu numa série de esforços, liderados pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz com o objetivo de combater a varíola, assim como exterminar os mosquitos, ratos, pulgas para conter a febre amarela e a peste bubônica que assolavam a cidade. A população carioca se rebelou contra a “intromissão” dos agentes públicos na privacidade de seus lares. Ainda é preciso, neste momento da história brasileira, refletir sobre o contexto nacional em que a República era questionada pelos seus próprios construtores que não percebiam nos governos instaurados a partir de 1889, o regime que sonharam. Nesta conjuntura em que a “limpeza” da cidade se fazia através do saneamento, as autoridades locais também desejaram organizar o espaço urbano da capital federal. Para isto, uma radical reforma urbana foi implementada no Rio de Janeiro, com abertura de avenidas, construção de praças e prédios que se inspiravam na capital francesa. Para isto, foi preciso destruir a paisagem natural e as habitações da população pobre que ocupavam o centro da cidade. Além disso, como escreve Marco Pamplona, o prefeito do Rio de Janeiro queria “impingir novos hábitos à população²³”, proibindo venda de comida nas ruas, tentando impor ao “povo” a “civildade”

²¹ BASTOS, Maria Helena Camara. *Conferências Populares da Freguesia da Glória (1873-1890)*. <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3104.pdf> capturado em 16/01/2010.

²² Parte de discurso proferido na Câmara dos Deputados em 25 de agosto de 1904, publicado no *Correio da Manhã* de 26/08/1904. *apud*: CARRETA, Jorge Augusto. *Médicos e a Revolta da Vacina*. Em: www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/164/140. Capturado em 17/01/2010.

²³ PAMPLONA, Marco. *A Revolta era da vacina?* Em SCLIAR, Moacyr *et al.* *Saúde Pública – Histórias, Políticas e Revolta*. São Paulo: Scipione, 2002.

parisiense. Deste modo, se percebe que a Revolta da Vacina não representou apenas uma reação da turba “incivilizada”, vista como a mistura de uma composição mestiça em que as etnias se perdiam entre as descendências européias, africanas, dos escravos recém libertos e dum resquício de nativos despossuídos de suas identidades culturais de referência. Era este “povo” que, por fazer-se, revoltava-se pelas imposições que a *res publica* lhes obrigava.

E era este povo ao qual se endereçavam as políticas públicas deste início de República. A criação da Maternidade do Rio de Janeiro ocorreu meses antes da Revolta da Vacina, em 1904 em tempos em que a ciência participava ativamente da “construção da ordem”. Eram tempos em que, no limiar da expansão capitalista, a adesão ao mundo “civilizado” significava “racionalizar” o atendimento às questões da saúde para contenção das chamadas questões sociais. O que significava introduzir pela cidadania o “povo”, contendo as manifestações de participação popular através do controle da revolta pelo voto e pelas políticas públicas do Estado laico.

Os intelectuais aqui relacionados, que entre a fundação em 1904 e o ano de 1944 administraram a atual Maternidade-Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, compartilharam a construção de um projeto de Estado que envolvia a idéia de criação de um “povo”. Suas relações, além das redes pessoais que se construía através das Academias, também se faziam pelas publicações, como a da *Revista de Ginecologia e D’ Obstetrícia* que passou a reunir, a partir de 1907, artigos de médicos brasileiros e estrangeiros sobre temas que envolviam a saúde da mulher. A *Revista* foi editada até fins da década de 1970 e, segundo artigo de Patrícia de Freitas foi o primeiro jornal médico destinado à ginecologia e à obstetrícia no Brasil²⁴. Por um tempo, registros oficiais da Maternidade-Escola eram publicados na *Revista*, assinados pelo Dr. Fernando Magalhães.

As relações se faziam, principalmente, pelo elo com a ciência. Compartilhavam reuniões, debates, projetos que se construía através das suas participações na vida pública, mas também nas redes econômicas e intelectuais. Uniam-se, ainda que nem sempre de forma totalmente consensual para a consolidação de um projeto de Estado, que, também, projeto de classe, mas ainda, projeto de construir, racionalmente, um projeto de povo.

²⁴ FREITAS, Patrícia. Panorama da Imprensa Médica no Brasil. O lançamento da Revista de Ginecologia e d’ Obstetrícia em 1907. In *Patrimônio e Memória*. Assis: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.1, 2008. Capturado em 17/12/2009.